

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: LIMITES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Williana Hindriti Souza dos Santos¹
Wellen Vitória Chaves da Silva²
Ana Paula Carvalho de Melo³
Margarete Barbosa Serrão Santana⁴
Yago Filipe Vilhena de Souza Younge⁵
Edna Abreu Barreto⁶

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade investigar a implementação das políticas de educação étnico-racial no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Belém, visando entender seus desdobramentos na formação docente na perspectiva de uma educação antirracista. A trajetória da educação para relações étnico-raciais no Brasil revela uma história de exclusão, desde a colonização até as políticas afirmativas atuais. O trabalho aborda a trajetória histórica, conceitos de descolonização e enegrecimento da educação, além de analisar dados coletados para entender as relações étnico-raciais no curso de Pedagogia da UFPA.

A metodologia empregada baseia-se em pesquisa exploratória e incluiu levantamento bibliográfico e elaboração de instrumentos de pesquisa, como questionário e entrevista semiestruturada realizada com uma estudante do curso de pedagogia. Os resultados revelaram que o curso possui algumas ações voltadas para essas políticas, como disciplinas eletivas e eventos, porém, há falta de integração com os demais componentes curriculares do curso. Conclui-se que é necessária uma revisão do Projeto Político Pedagógico (PPC) incorporando diretrizes normativas e formação contínua dos estudantes para uma abordagem interdisciplinar das relações étnico-raciais no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - PA, willianasantos58@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - PA, wellen.silva@iced.ufpa.br;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - PA, ana.melo@iced.ufpa.br;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual - PA, margarete.santana@iced.ufpa.br;

⁵ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - PA, yago.younge@iced.ufpa.br;

⁶ Doutora em Educação pela Universidade Federal - UFF, ednabreu@ufpa.br.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, conforme definido por Gil (2008) e busca familiarizar-se com o problema e formular hipóteses, envolvendo levantamento bibliográfico e entrevistas. Para a coleta de dados, foram elaborados os seguintes instrumentos: um questionário no Google Formulário com 15 perguntas fechadas, que obteve 36 respostas e uma entrevista semiestruturada com uma aluna do primeiro semestre do curso de Pedagogia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para construção do referencial teórico deste relatório, utilizou-se Neto (2015), Gomes (2008 e 2011) e Domingues (2009), que discutem a trajetória da educação para as relações étnico-raciais no Brasil, e Moreira (2002), Gomes (2012), Santana (2012), Silva (2016) para discorrer sobre currículo, descolonização dos currículos e enegrecimento da educação e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

No Brasil Colônia, a *Companhia de Jesus* ficou responsável pela educação indígenas, e logo depois, africana. Segundo Neto (2015), os jesuítas foram encarregados não só pela educação indígena, mas, principalmente, pela sua catequização e organização burocrática da sociedade brasileira emergente. O objetivo dos jesuítas, além da evangelização, era “civilizar” os povos originários para adequá-los à cultura europeia e encaixá-los em um lugar dentro dessa nova sociedade (Gomes, 2008).

De 1930 a 1945, Domingues (2009) observa que a educação adotou um duplo papel, oferecendo acesso escolar aos marginalizados enquanto os estigmatizava. Movimentos como a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro lutaram por políticas que garantissem o acesso de negros ao ensino básico. A prioridade do Movimento Negro, nesse período, era a alfabetização, sem foco no ensino superior ou em práticas multiculturais.

Nos anos 70 e 80, com o fortalecimento do Movimento Negro, houve um aumento das demandas por ações afirmativas e pela inclusão da história afro-brasileira nos currículos escolares. Gomes (2011) e Domingues (2009) destacam que o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, liderou essas reivindicações, buscando uma educação que refletisse os valores e a história da população afro-brasileira e africana.

Na década de 1990, o Governo Federal, pressionado pelo Movimento Negro, adotou medidas para atender às demandas de diversidade étnico-racial, incluindo a inserção da "Pluralidade Cultural" nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). No entanto, essa abordagem foi criticada por diluir a questão racial e eximir o Estado de tratá-la diretamente (Gomes, 2011). A partir de 2001, após a Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, as ações afirmativas foram incorporadas na agenda do Estado, visando promover equidade e combater o racismo. Nos anos 2000, várias leis e programas foram implementados, como:

- A Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas, sendo elas públicas ou particulares.
- A Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas), que garantiu reserva de vagas em universidades para grupos vulneráveis.
- A Lei 11.645/2008, que incluiu o ensino da história e cultura indígena nos currículos escolares.

Essas iniciativas refletem as conquistas do Movimento Negro na luta pela inclusão e valorização das identidades étnico-raciais no Brasil, mostrando a importância da educação para as relações étnico-raciais no combate ao racismo (Gomes, 2011).

Consideramos na pesquisa o debate curricular como central tomando por base a perspectiva de Moreira (2002) que defende ser o currículo um projeto que tem por objetivo gerar mudanças políticas e, por isso, não é neutro, universal ou imutável. Da mesma forma, Gomes (2012) afirma que o currículo é um lugar de disputas, onde diferentes culturas, outrora silenciadas e negadas, exigem caminhos diversos daqueles resumidos a conteúdos programáticos ou disciplinas.

A descolonização curricular é tanto um desafio para o ensino, uma vez que o currículo envolve embates entre o grupo hegemônico e distintos sujeitos sociais, quanto necessário para uma educação das relações étnico-raciais que possibilitem a construção de práticas antirracistas e discriminatórias, questionando seus papéis e compreendendo a diversidade como parte do mundo social e centro de disputa das relações de poder (Santana, 2012). O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia da UFPA, em vigor desde 2011, resultou de discussões entre docentes, discentes, técnicos-administrativos e sindicatos, sob a orientação da Pró-reitora de Graduação.

O documento abrange vários aspectos, como a apresentação do projeto, identificação do curso, diretrizes gerais, organização curricular, metodologia de ensino, política de inclusão social e avaliação. A pesquisa foca na educação para as relações

étnico-raciais dentro do currículo do Curso de Pedagogia da UFPA. Na seção “Organização Curricular do Curso”, destaca-se o direito à diversidade como um eixo temático importante, fundamentado em políticas culturais que visam a formação humana. O eixo 3, “Educação inclusiva e direito à diversidade”, propõe uma formação ética que busca ampliar o acesso e a qualidade da educação para grupos historicamente excluído. (Faculdade de Educação, 2010, p.76).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado a 36 participantes abordou a preocupação dos alunos com questões étnico-raciais e sua participação em debates relacionados à educação étnico-racial do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Resultados do Questionário:

1. “Você se preocupa com as Questões Étnico-Raciais”: 97,2% dos participantes expressaram preocupação com questões étnico-raciais, indicando um forte comprometimento e consciência sobre a importância desse tema na sociedade. Apenas 2,8% disseram não se preocupar com esses assuntos.
2. Participação em Debates sobre Educação Étnico-Racial: Apenas 17,2% dos participantes relataram ter participado de debates voltados para a educação étnico-racial, enquanto uma significativa maioria de 82,8% não teve essa experiência. Isso sugere uma lacuna entre a conscientização sobre o tema e a participação ativa em discussões que poderiam aprofundar esse conhecimento e promover ações efetivas.

A alta porcentagem de preocupação com questões étnico-raciais entre os alunos reflete um ambiente acadêmico sensível às desigualdades e injustiças sociais. Contudo, a baixa participação em debates indica que há espaço para melhorias em termos de engajamento e oportunidades para discussões mais profundas. Em resumo, o questionário destaca tanto a preocupação dos alunos, quanto a necessidade de ações concretas para fomentar discussões mais amplas sobre as questões étnico-raciais na UFPA.

Posteriormente, solicitamos a autorização de uma discente (cursando o 1º semestre) do curso de pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA), e, a partir da elaboração de um roteiro, gerou-se 14 perguntas com o objetivo de discutir como a educação e as relações étnico-raciais se desenvolve no curso de Pedagogia desta Universidade. Com base nesse diálogo, é possível analisar nas falas da entrevistada a existência de lacunas na

implementação das relações étnico-raciais e políticas de ações afirmativas na UFPA, o que, conseqüentemente, exige mudanças, pois, segundo ela, **“apesar de ser um assunto recorrente, ainda precisa de melhorias na sua implantação”**.

Em relação à compreensão dos discentes sobre a história e cultura indígena e afro-brasileira, a entrevistada afirma ser um processo **“lento, porém cada vez mais buscando conscientizá-los”**. No que diz respeito a FAED e o ICED, a entrevistada refletiu que o curso de Pedagogia pode desempenhar um papel mais ativo no combate ao racismo **“através de palestras de conscientização promovida pelo ICED, que visam combater o racismo dentro da Universidade”**.

Diante dessas reflexões, nota-se que mesmo passado dez anos da promulgação das leis 10.639/03 e 11.645/08, o conhecimento sobre a origem, história, cultura e identidades da população preta, indígena e quilombola continuam apagados do cotidiano das salas de aula. Logo, esse cenário justifica a necessidade de uma disciplina obrigatória voltada para a educação das relações étnico-raciais, visto que, o próprio PPC (2010) do curso prevê um compromisso com a diversidade e o exercício de práticas antidiscriminatórias. Em contrapartida, é de suma importância que a FAED intensifique palestras, ações e políticas que garantam o acolhimento e entrada de discentes afrodescendentes na UFPA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo investiga a implementação das políticas de educação étnico-raciais no curso de pedagogia da UFPA, Campus Belém, e seus desdobramento na formação dos discentes. Ademais, a partir de revisões bibliográficas e análises documentais, chegamos à conclusão que a UFPA tem em seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC) algumas iniciativas importantes, na seção “Organização Curricular do Curso” há uma breve menção do direito à diversidade como um dos eixos temáticos do currículo. De acordo com o Documento (2010) Especificamente o eixo 3, “Educação inclusiva e direito à diversidade”, coloca em pauta uma formação para a ética da diversidade (Faculdade de Educação, 2010, p.76). Por último, a disciplina de “educação para as relações étnico-raciais” foi aprovada pela FAED como disciplina eletiva em 2019 e, por isso, não consta no PPC. É uma eletiva ofertada uma vez por ano e ministrada pelo Prof. Dr. Andrio Alves Gatinho sobre diversidade cultural e eventos realizados sobre o tema. No entanto, não são consideradas suficientes, pois, há falta de articulação com outras disciplinas, e, aborda uma perspectiva eurocêntrica.

Além disso, as ações pedagógicas dos docentes são limitadas e dependem do engajamento individual, evidenciando um desconhecimento das diretrizes sobre a educação das relações étnico raciais na formação docente. O trabalho conclui que é necessário revisar o PPC, incorporar normativas e promover uma formação continuada para sensibilizar os estudantes sobre a educação das relações étnico-raciais, visando uma abordagem interdisciplinar para uma educação antirracista.

Palavras-chaves: Educação, Relações Étnico-Raciais, Currículo, Movimento Negro, Descolonização.

REFERÊNCIAS

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. *Retratos da Escola*, [S. l.], v. 2, n. 2/3, 2012. DOI: 10.22420/rde.v2i2/3.127. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/127>. Acesso em: 28 nov. 2023.

GOMES, N.L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *RBPAAE*, Goiânia, v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011. Disponível em: *Vista do Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas (ufrgs.br)*. Acesso em: 28 nov. 2023.

GOMES, N.L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem fronteiras*, Minas Gerais, v.12, n.1, p. 98-109, jan/abr 2012. Disponível em: *Étnico-racial 2.pdf (ufsc.br)*. Acesso em: 28 nov.2023.

JESUS DE SANTANA, J. V.; DE SANTANA, M.; MOREIRA, M. A. Cultura, currículo e diversidade étnicorracial: algumas proposições. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 15, p. 103-125, 2013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/748>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MOREIRA, A. F; SILVA, T. T (orgs.). *Sociologia e teoria crítica do currículo*. In: MOREIRA, A. F; SILVA, T. T (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. Tradução: Maria A. Baptista. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p.7-38.

SAVIANI, D. *EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular*. *Movimento-revista de educação*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, p.54-84, 9 ago. 2016.

SILVA, Maurício. Afrocentricidade: um conceito para a discussão do currículo escolar e a questão étnico-racial na escola. *Revista de Educação PUC-Campinas*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 255–261, 2016. DOI: 10.24220/2318-0870v21n2a2903. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/2903>. Acesso em: 27 nov. 2023.

Shigunov Neto, A. (2015). *História da educação brasileira: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais*. São Paulo: Salta.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*. Belém: UFPA. 2010.